

CRÉDITO: Injeção de R\$ 10 bilhões na economia não afetará inflação de 99

Economistas defendem novas ações para queda de juros ao consumidor

Pastore diz que BC deve baixar também compulsório de depósitos à vista

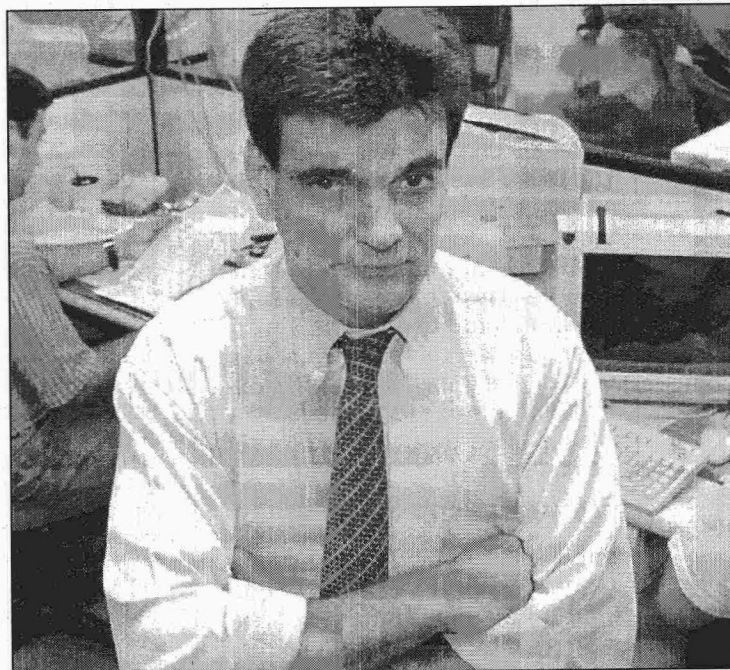
André Moragas

• A redução da alíquota do compulsório sobre os depósitos a prazo dos bancos — de 20% para 10% — determinada terça-feira pelo Banco Central deve ser apenas o começo de um política mais flexível do BC. A análise foi feita ontem pelo professor de economia da USP e ex-presidente do BC Affonso Celso Pastore. Para ele, a medida isolada terá um impacto pequeno sobre a economia, mas indica uma tendência de liberalizar um pouco mais o sistema financeiro.

— O compulsório no Brasil é extremamente alto e, por isso, o crédito está muito contido. Essa medida sozinha terá um impacto pequeno, mas indica uma tendência que pode chegar a derrubar o compulsório dos depósitos à vista — avaliou Pastore.

Medida não terá impacto sobre inflação deste ano

Para o economista Luiz Roberto Cunha (PUC-RJ), a medida anunciada pelo Comitê de Política Monetária do BC tam-



PAULO SIDNEY, da FGV: "nível de consumo hoje está muito baixo"

bém é apenas o começo e só terá efeito prático sobre o reaquecimento da economia daqui a quatro meses. Cunha disse ainda que a entrada em circulação de R\$ 10 bilhões na economia por causa da redução da alíquota do compulsório sobre os depósitos a prazo

não terá impacto sobre a inflação deste ano.

— Mesmo com um aumento na oferta de crédito, a queda geral da massa salarial e o aumento do desemprego vão manter a inflação estável — disse Cunha.

O economista afirmou ainda

que a medida representa o início de um esforço do Governo para reaquecer a economia e retomar o crescimento.

— O objetivo é atingir a meta de crescimento de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano — disse o economista, prevendo que no fim deste ano a taxa Selic (que remunerava os títulos públicos federais) deve cair dos atuais 19,5% para 18%.

Demanda por bens duráveis deve aumentar

De acordo com o chefe do Centro de Estudo de Preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Sidney de Melo Cota, o possível aumento da oferta de crédito e a queda nas taxas de juros para o consumidor poderão aumentar a demanda por bens duráveis, principalmente no fim do ano. Entretanto, Cota diz que esse aumento de demanda não provocará o aumento dos índices de inflação.

— O nível de consumo hoje está muito baixo e deve equilibrar esse tipo de tendência — disse Paulo Sidney. ■